

Os fracassos de Sarney no Congresso

BRASÍLIA — "Falar é fácil, fazer é que são elas." Esse velho ditado ganha contornos de curiosa realidade e muito bem poderia ser dito ao futuro governo. Afinal, o presidente José Sarney já fez, como faz agora o presidente eleito, Fernando Collor, um incansável proselitismo das medidas saneadoras da máquina estatal. As reformas administrativas, contudo, são sempre agitadas, nervosas e cheias de idas e vindas.

Sarney quis demitir 90 mil funcionários, mas não pôde. Collor quer demitir ou encostar até 180 mil, mas não sabe ainda se poderá. Sarney editou a "operação desmonte" de 30 órgãos inúteis, mas 28 deles foram "remontados". Collor também quer extinguir órgãos e privatizar empresas. Sarney quis e Collor quer extinguir o Ministério da Ciência e Tecnologia. Sarney tenta e Collor tentará transferir o Iapas do Ministério da Previdência para o caixa único do Ministério da Economia. A tese ruiu no Congresso com Sarney e, por enquanto, nas discussões internas da equipe de Collor.

Eis alguns exemplos de derrotas do atual governo, que bem ilustram as dificuldades que também Collor deverá enfrentar.

● EXTINÇÃO DO BNH

O presidente José Sarney conseguiu extinguir o Banco Nacional de Habitação (BNH) em dezembro de 1986. Só não conseguiu demitir os 8 mil funcionários da instituição, que foram transferidos para a Caixa Econômica Federal, na época já inchada por 38 mil outros funcionários.

● OPERAÇÃO DESMONTE

No segundo semestre de 1988 os ministros da Fazenda, Mailson da Nóbrega, e do Plane-



O prédio do BNH no Rio: funcionários na Caixa Econômica

jamento, João Batista de Abreu, estavam animados com um projeto que extinguiria 30 conselhos, órgãos e fundações, além de repassar encargos da União para as outras esferas da Federação. O resultado: 28 siglas foram "remontadas" pelo Congresso e os encargos ficaram onde estavam. Até mesmo as duas únicas vítimas — a Fundação Projeto Rondon e o Conselho Federal de Mão-de-Obra — chegaram a ter apoio no Congresso.

Salvaram-se do desmonte inclusive um tal Grupo Executivo de Eletrificação Rural de Cooperativas (Geer) e a Empresa Brasileira de Assistência

Técnica e Extensão Rural (Embrater). A mobilização de seus funcionários foi mais forte para o Congresso do que o discurso saneador do governo.

● DEMISSÃO DE FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS

A demissão dos funcionários não estáveis, segundo o governo, era um ponto de honra do "Plano Verão", editado no dia 15 de janeiro de 1989. No mesmo dia 15, José Sarney assinou um decreto para as demissões. No dia 16, orientado pelo então ministro da Justiça, Oscar Dias Corrêa, Sarney trocou o decreto por uma medida provisória, ou seja, remeteu a decisão final pa-

ra o Congresso. Este, por sua vez, mandou a medida de novo para o Palácio do Planalto, sob o argumento de que demissão é assunto exclusivo do presidente. Assim a idéia foi arquivada. Para Mailson da Nóbrega, "foi ali que o 'Plano Verão' começou a morrer".

● MINISTÉRIOS

No início do ano passado, Sarney enviou ao Congresso uma das mais polêmicas medidas provisórias, que por falta de votação foi reeditada no mês seguinte. Nela, previa-se uma profunda reforma ministerial, extinguindo seis pastas: Indústria e Comércio, Habitação e Bem Estar Social, Reforma e Desenvolvimento Agrário, Ciência e Tecnologia e ainda os ministérios extraordinários da Administração Pública e da Irrigação.

A medida recebeu 38 emendas e virou lei no final de março. Mais em vez de ser extinto, o Ministério da Ciência e Tecnologia foi transformado em secretaria do Ministério do Desenvolvimento Industrial, com os mesmos privilégios de antes. No dia 15 de dezembro passado, o extinto ministério voltava a existir através de outra medida provisória.

● DESTINO DO IAPAS

A intenção de concentrar as contribuições e os impostos federais num caixa único do Tesouro Nacional já havia sido embutida no "Plano Verão". Foi derrubada no Congresso, sob ovada barulhenta das galerias, repletas de funcionários do IAPAS. Quem comandou a operação do voto contra, nos bastidores, foi o ex-ministro da Previdência, Renato Archer, do PMDB. Disposto a colocar em prática a concentração, o novo governo vê a idéia sucumbir após discussões em sua própria assessoria.